

Escravidão, preconceito e comunidades quilombolas

Paulo Henrique Maia da Silveira

Secretaria Municipal de Educação de Bagé, paulohenriquemaia1@gmail.com

Melissa Probst

Centro Universitário Internacional, mel.probst@gmail.com

Introdução

Este estudo tem como objetivo explorar o surgimento e as transformações da escravidão ao longo da história, demonstrando como esse sistema evoluiu de uma forma de dominação para uma estrutura que, ainda hoje, legitima preconceitos profundamente enraizados. Para ilustrar essa continuidade histórica, o trabalho utiliza o exemplo das comunidades quilombolas brasileiras, que representam um símbolo de resistência ao preconceito e de preservação da cultura africana no Brasil.

A pesquisa foi realizada através de uma análise bibliográfica com uma abordagem qualitativa, envolvendo a leitura e interpretação de diversos livros e artigos científicos sobre escravidão, preconceito e quilombos. Este processo permitiu um aprofundamento no tema e possibilitou a formulação de uma hipótese consistente sobre a funcionalidade dos quilombos como locais de resistência e de luta contra o preconceito. Assim, o estudo procura responder como a escravidão se transformou ao longo dos tempos, desde a Antiguidade Clássica até a atualidade, adaptando-se às necessidades de seus exploradores e moldando a forma de resistência daqueles que foram explorados.

Além disso, a análise foca na escravidão no Brasil, com ênfase no surgimento das comunidades quilombolas e em sua importância na luta contra as formas contemporâneas de preconceito. Esses quilombos não são apenas locais de resistência, mas também são fundamentais para a construção de uma cultura afro-brasileira, simbolizando a continuidade das tradições africanas e a luta constante contra as desigualdades que persistem na sociedade.

A escravidão na antiguidade

A escravidão é um fenômeno que sempre esteve presente nas diversas sociedades humanas desde a antiguidade clássica até os tempos modernos. Desta maneira poderemos constatar que a escravidão é algo antigo. Em geral a escravidão era comum entre os povos da Antiguidade Clássica, podemos citar como exemplos: mesopotâmicos, egípcios, hebreus, gregos, romanos entre outros. A escravidão podia ser de duas formas: a maior parte dos escravos era obtida através de guerras, mas havia também aqueles que se tornavam escravos por dívidas ou crimes. A escravidão na antiguidade era vista e aceita como algo normal sendo defendida por muitos filósofos, dentre eles o próprio Aristóteles comenta o escravo era visto como uma força de trabalho no auxílio da produção de bens.

A utilidade que têm os escravos é quase a mesma dos animais domésticos: auxiliam-nos com força física em nossas diárias necessidades. A natureza mesma parece desejar dotar de características diferentes os corpos dos homens são livres e dos que são escravos. Uns, efetivamente, são fortes para o que são destinados; os outros são inteiramente inadequados para serviços tais, porém são de utilidade para vida civil, que desta forma se encontra dividida entre os trabalhos de guerra e os da paz. (Aristóteles, 2004, p. 19).

A escravidão na antiguidade tinha outras características que a diferenciava da escravidão moderna. É preciso observar que esses escravos tinham deveres com seu senhor, trabalho e obediência. Além disso, o trabalho escravo tinha características peculiares nesse período, pois um escravo poderia ficar a cargo de trabalhos simples que se utilizavam de força braçal ou de trabalhos de nível intelectual e grande importância. O escravo que tivesse grande capacidade intelectual, principalmente no comércio, poderia acumular ganhos e comprar sua própria liberdade. Podemos por assim dizer que a escravidão na antiguidade dava ao escravo dependendo do lugar e povo uma ascensão social ou não, que também teria algumas características que os diferencia da escravidão moderna, tal como ter uma ascensão social.

Embora não esteja bem elucidada ainda a maneira como iniciava a base do pecúlio do escravo, se por ofertas de seus parentes, por presentes obtidos do patrão como prêmio da sua dedicação, se pela sua capacidade inventiva ou comercial, o fato é que muitos escravos conseguiam aumentar seu capitalzinho e transformar-se em hábeis administradores a cuja sagacidade os próprios homens livres confiavam seus negócios (Vendrame, 1981, p. 161).

Já a escravidão Moderna tomou outro sentido, um verdadeiro sentido empresarial e comercial a partir da expansão marítimo-europeia, em que a escravidão ganhou um novo status. Esse novo tipo de escravidão promoveu um tipo de exploração com um caráter diferente da Antiguidade Clássica, em que o escravo objeto, tornou-se mercadoria e sua principal importância era gerar lucro para seu proprietário. Desta maneira a escravidão se transformou em um grande comércio de pessoas.

A escravidão moderna

A escravidão moderna teve seu início com a expansão marítimo-europeia, no século XV, graças à formação dos primeiros Estados Nacionais modernos, Portugal e Espanha. Esses países foram os primeiros a se jogarem ao mar em busca de novos caminhos para as Índias, devido ao lucro das especiarias. Posteriormente outras nações europeias, também entraram nessa disputa, como Inglaterra e Holanda.

Os três principais objetivos que levaram às explorações marítimas: comercializar ouro, encontrar caminho alternativo para as Índias e converter para o catolicismo os povos encontrados, conheceram sucessos e fracassos. O ouro africano trouxe muita riqueza para Portugal no início do século XVI, mas logo acabou. No século XVII outros países como Holanda, Inglaterra e França, passaram a navegar no Atlântico e no Índico e a contestar os monopólios portugueses e espanhóis. (Souza, 2008, p. 52).

Principalmente depois que Portugal e Espanha encontram a América, uma nova terra, um novo continente até então desconhecido para europeus e o resto do mundo conhecido. A fim de assegurar suas novas conquistas no continente americano, portugueses e espanhóis iniciaram um processo de colonização, começando pelos indígenas, mas percebendo que isso não deu certo, devido à personalidade indígena e seu conhecimento do território. Passaram a utilizar escravos africanos. A partir desse momento a escravidão se tornaria um comércio extremamente rentável aos europeus e levaria o continente africano, principalmente o litoral a ruína.

Do lado Atlântico direcionado para a América, os europeus visaram encontrar terras de preferência não habitadas, para serem exploradas, e mais tarde, colonizadas, objetivando a produção agrícola de produtos com grande demanda europeia. Portanto, foi com objetivo de produzir bens pela exploração do meio natural nas colônias – destinados a ser comercializados nos mercados europeus, gerando lucro para metrópole - que se organizaram as estruturas do sistema colonial, inclusive o tipo de mão de obra trabalhadora utilizada. De início, o habitante nativo, ou seja, o índio, foi escolhido para tal fim, mas logo substituído pelo escravo africano, tornando-se um dos braços dessa empresa colonial. É com base na utilização de sua força de trabalho que se alcançaria o objetivo da colonização, isto é, gerar lucros para a metrópole. (Mattos, 2012, p. 63-64).

Tendo em vista o alto lucro obtido por Portugal e Espanha, a Inglaterra também entrou no lucrativo comércio de escravos seguido por outras nações europeias. Desta forma Inglaterra e outras nações começaram a consolidar domínios na África de forma que também forneceram escravos a suas colônias na América.

A escravidão africana e o comércio de escravos

A escravidão africana só se tornou viável graças a dois fatores importantes primeiro era permitido

pela igreja católica, que via na escravidão africana uma vitória contra os mulçumanos que dominavam territórios africanos, assim como, o negro como um ser inferior ao europeu. “Ideia de um reino fundado no cristianismo fazia com que os governantes portugueses tomassem para si a tarefa de converter ao catolicismo os povos pagãos, isto é, que não conheciam a religião católica”. (Souza, 2008, p. 51).

Segundo, os territórios africanos conquistados pelos portugueses permitiam que eles tivessem uma série de acordos políticos e comerciais com vários reinos africanos. É desses acordos que a coroa portuguesa retirava os escravos que enviavam para América obtendo altos lucros nesse comércio.

É importante destacar que a escravidão já existia na África antes da chegada dos europeus, mas eles deram uma nova finalidade para escravidão africana. Normalmente os escravos eram conquistados nas guerras entre os povos africanos e eram utilizados como mão-de-obra nas lavouras ou para serviços domésticos. A escravidão deixou de ser algo social e político e tornou-se algo comercial e sistemático, ou seja, se antes as guerras entre as nações africanas eram por causas políticas e territoriais passaram agora a ser apenas para obtenção de escravo para alimentar o lucrativo comércio português de escravos no Atlântico.

Na África, a escravidão era determinada pelas necessidades dos grupos de parentescos. Os escravos, em geral, eram soldados ou eram mulheres, muitas vezes concubinas dos líderes das comunidades. Mas a tendência era que os filhos das escravas nascessem livres, sendo incorporados à linhagem do grupo dominante. (Dantas, 2012, p. 20).

O comércio de escravos se tornou altamente lucrativo para Portugal e outros países europeus como: Espanha, Holanda e Inglaterra. Além dos altos lucros obtidos pelo comércio de escravos. Vários setores produtivos também se beneficiaram com o tráfico negreiro tais como a construção naval, com a fabricação de navios para o tráfico e as atividades agrícolas com a implantação de novas culturas para trocas comerciais com os reinos africanos.

Quanto à maneira e a forma que esses escravos eram tratados pelos comerciantes pouco importava. Os escravos africanos em sua maioria eram homens, mulheres e crianças. Eles estavam sujeitos às mais cruéis formas de tratamento. Desde a prisão no continente africano até o embarque, não esquecendo a viagem que poderia durar até meses.

A travessia do Atlântico era feita nos chamados navios negreiros ou tumbeiros. Era comum a eclosão de epidemias que dizimavam a população dessas embarcações. Para cruzar os oceanos, gastavam-se meses, em porões insalubres, com riscos iminentes de doenças, dado o elevado número de pessoas em locais inapropriados. Os escravos viajavam sob correntes, amontoados uns sobre os outros, sem nenhum tipo de iluminação. Não havia preocupação, também, com os dejetos e com a ventilação. (Pereira, 2012, p. 13).

Durante o período de espera até o embarque os escravos passavam fome, sede, muitas vezes sofriam maus tratos e tinham que conviver com várias doenças. Isso acabava deixando-os muito debilitados e ocasionando várias mortes. Já durante a viagem o martírio dos escravos africanos não terminava, ficavam em porões apertados e insalubres, sujeitos a fome e doenças tais como: diarreia, cólera e outras doenças. Muito menos sabiam o que lhes esperava do outro lado do oceano Atlântico.

Escavidão no Brasil

A escravidão no Brasil durou mais de trezentos anos, vai do século XVI até o século XIX, sendo o Brasil o último país das Américas a libertar seus escravos.

A Escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força. (Pinsky, 2010, p. 11).

A escravidão no Brasil se consolidou como uma experiência de longa duração que marcou profundamente vários aspectos de nossa cultura e sociedade. Enraizando-os de preconceitos que duram até os dias atuais. Mais que uma relação de trabalho, a mão de obra escrava trouxe um conjunto de valores em relação ao trabalho. Principalmente ao trabalho braçal que era visto pela sociedade da época como algo pejorativo e inferior e era destinado ao negro escravo. “A escravidão se revestiu de mais uma característica que a tornava diferente: a instituição passou a ter uma base racial” (Dantas, 2012, p. 20).

A maior parte dos escravos que chegavam ao Brasil provinha de colônias portuguesas na África. Esses negros eram capturados em guerras tribais e negociados com os traficantes em troca de aguardente e fumo. Embora o comércio de escravos fosse lucrativo era bastante perigoso e de alto risco, devido a naufrágios e doenças que poderiam dizimar a carga e matar toda a tripulação. Esses escravos vinham principalmente da costa africana.

[...] as embarcações que transportavam os escravos da África para o Brasil, chamadas tumbeiros, tinham diferentes tamanhos. Contudo os mais comuns eram do tipo bergatim, galeão ou corveta, e conseguiam embarcar em média quinhentos africanos por viagem. (Mattos, 2012, p. 100).

Esses escravos eram principalmente das regiões de Benin e Angola, mas havia ainda escravos de Benguela e Luanda. Os portos que mais receberam escravos no Brasil foram os de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, desses portos os escravos eram distribuídos para todos os demais portos brasileiros. Segundo Alencastro “Acredita-se que aproximadamente cinco milhões de negros foram tirados da África e trazidos para o Brasil nesses três séculos” (Alencastro, 2000, p. 69). A venda desses escravos era feita em praça pública, através de leilões. Essas relações comerciais também dependiam de mercados, por exemplo, durante o período em que o principal produto de exportação brasileira foi o açúcar a maioria das vendas se realizavam no Nordeste, mas quando o principal produto de exportação brasileiro se tornou o café às concentrações das vendas migraram para Rio de Janeiro e São Paulo.

No Brasil, os escravos primeiramente foram colocados para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e nos engenhos.

[...] grande parte do trabalho na produção de açúcar era realizada no campo, nos canaviais. O cultivo e as colheitas eram tarefas muito cansativas, que exigiam força para preparar e

cavar a terra pesada de Massapê. Outra atividade frequente nos engenhos era o corte de lenha utilizadas nas casas de caldeiras. Muitos senhores até preferiam comprar madeira de outras regiões a ter que usar seus escravos. (Mattos, 2012, p. 105).

Os escravos também eram responsáveis por outros trabalhos tais como: manutenção da propriedade, construção de cercas, poços e cuidar de sua própria subsistência, cultivando um pedaço de terra fornecido pelo seu proprietário. Na fabricação do açúcar “os escravos eram constantemente supervisionados por trabalhadores especializados, pois as técnicas de produção exigiam que eles fossem qualificados” (Mattos, 2012, p. 105). Nos engenhos o trabalho era dividido por sexo os homens cuidavam do trabalho pesado, enquanto as mulheres trabalhavam no corte da cana e na produção de açúcar.

[...] eram aproximadamente vinte horas de trabalho, divididos em dois turnos dia e noite. Cerca de 25 escravos trabalhavam por turno, nos processos de moagem e cozimento do caldo. Para que um engenho funcionasse bem eram necessários de 60 a 80 escravos. (Mattos, 2012, p. 106).

Posteriormente os escravos também foram empregados na exploração de jazidas de ouro e diamantes no interior de Minas Gerais, o tráfico de escravos foi intensificado para regiões mineradoras. As condições de trabalho nas jazidas eram muito duras. Para incentivar o trabalho muitos proprietários davam recompensas ou prometiam até mesmo alforria.

Após a chegada da família real portuguesa em 1808, e consequente abertura dos portos ao comércio internacional, as importações de escravos cresceram enormemente. A partir desse momento grande parte do comércio de escravos se destina a região de São Paulo, para trabalhar na lavoura de café.

A rotina de trabalho dos escravos nas fazendas de café era árdua. Logo cedo eles se levantavam e, antes do sol raiar, se dirigiam para os cafezais a pé ou em carros de boi. Lá passavam 15 horas por dia trabalhando, permanecendo na labuta até o anoitecer, quando regressavam para sede da fazenda. Ao chegarem ainda eram obrigados a cortar lenha, preparar a comida para o outro dia e torrar café. Já eram 10 horas da noite quando se recolhiam nas senzalas. (Mattos, 2012, p. 100).

É comum dar um papel de destaque a princesa Isabel ao processo de libertação dos escravos, através da assinatura da lei Áurea, em 1888. É preciso entender que uma série de conjunturas levou à libertação de escravos. Conjunturas, tanto externas como internas, como a pressão feita pela Inglaterra pelo fim do tráfico negreiro e a libertação dos escravos. Ocorreu também o surgimento e posteriormente o crescimento dos movimentos abolicionistas que lutavam pela libertação dos escravos. Além de diversas formas de resistência por parte dos escravos nos três séculos de escravidão no Brasil. Desde fugas, rebeliões, suicídios, assassinatos e revoltas que fizeram parte desse processo de resistência e libertação. Ocorreu uma das revoltas mais famosas contra o império a Revolta dos Malês, em Salvador, que trouxe grande temor aos cidadãos do império, que através de correspondências demonstravam toda sua preocupação a respeito de que esse tipo de revolta se espalhasse pelo império transformando-se em anarquia. Além disso, houve um grande número de quilombos que serviram como centros de agregação aos escravos fugidos e também de refúgio. Sendo o quilombo de zumbi dos Palmares

o mais famoso e conhecido, que lutou bravamente contra a escravidão, também ocorreu o surgimento de vários quilombos pelo território do Brasil como forma de resistência ao sistema escravista.

Voltando ao nosso ponto inicial quando a princesa Isabel assinou a lei Áurea, em 1888, ela decretou o fim da escravidão libertou os escravos, mas não conseguiu libertá-los do preconceito que até hoje interferem nas relações sociais no Brasil.

Preconceito

Escravidão e preconceito andam conjuntamente na História brasileira. Mas para melhor entendermos essas relações sociais é importante compreender o significado e o sentido da palavra preconceito. Preconceito trata-se de uma ideia ou conceito antecipadamente e sem fundamento sério e imparcial (Ferreira, 1999, p. 524). Dessa maneira podemos também associar preconceito com racismo que em sua definição: nasce como uma construção ideológica com pretensões científicas, em torno da ideia de que a humanidade se constitui de ‘raças’ biológicas, as quais estariam em diferentes estágios evolutivos.

[...] ao longo do século XIX a discriminação dos não brancos, fundamentada no “estatuto da pureza de sangue”, foi perdendo força e os critérios de diferenciação racial e as justificativas para desigualdade social passaram a basear-se nos argumentos biológicos das teorias raciais, tidas na época como científicas e legítimas. (Dantas, 2012, p. 87).

A partir daí podemos entrar na questão da discriminação, herança deixada pelos mais de trezentos anos de escravidão no Brasil. Podemos dizer que discriminação é a deliberação consciente de marcar a pretensa inferioridade dos negros, ou seja, é a instrumentalização do preconceito, que pode manifestar-se contra indivíduos do grupo, ou contra o grupo como um todo.

O Brasil é um país com uma grande miscigenação de povos e culturas, devido a vários processos migratórios que ocorreram durante seu período de colonização, principalmente de africanos e europeus. Mas isto, não impediu que durante esse processo de colonização ocorresse um processo de escravidão associado ao preconceito. Preconceito que tem raízes muito fortes nesse período escravocrata da História brasileira. Mesmo que existam leis que impeçam atos preconceituosos como a Lei 1390/51 7 (Brasil, 1951), conhecida como Lei Afonso Arinos, que proibia a discriminação no país. Assim como, a Lei 7716/89 (Brasil, 1989), conhecida como Lei Caó, que determinava a igualdade racial e o crime de intolerância. Esses atos de preconceito ainda existem, mesmo que de uma forma velada (escondida, disfarçada) na sociedade brasileira. Ele pode se manifestar de várias formas e em situações diversas do nosso dia-a-dia. Às vezes de forma clara e outras vezes de uma forma velada. Podemos ver inúmeros casos de preconceito e racismo, não só no Brasil como no mundo.

A forma sutil como as discriminações acontecem, muitas vezes, colaboram para o não reconhecimento de preconceitos e reforça sua negação, como também dificulta ser assumida pelos envolvidos – discriminado e discriminador. Até se reconhece que o preconceito existe quando se trata de situações,

nas quais o sujeito não está diretamente envolvido, ficando difícil reconhecê-lo quando há um envolvimento direto, neste caso, a negação parece ser a saída mais cômoda. (Santos, 2007, p. 31).

Atualmente a questão do preconceito está bem viva nos noticiários brasileiros e pelo mundo. O preconceito pode ser contra o imigrante ilegal, contra os refugiados de guerras civis e políticas, além daqueles dentro de seu próprio país que sofrem com o preconceito por sua cor, religião e até mesmo opção sexual.

O Brasil não está fora deste contexto moderno, mas tenta passar a impressão que o preconceito não está presente em nossa sociedade, quando na verdade está presente. É preciso entender que racismo e preconceito podem ocorrer de várias formas e maneiras diferentes daquelas que achamos ser as formas mais agressivas. É quando presenciamos as pessoas serem diferenciadas na hora de escolher seu trabalho, normalmente os trabalhos ditos 'braçais' e que são mal remunerados, são mal vistos por nossa sociedade. Algo parecido acontecia com os negros alforriados no período escravista que ficavam com os piores serviços na época e com uma baixa remuneração, além de não terem acesso à educação. Existe uma desvalorização do trabalho que se utiliza de força bruta, este normalmente é associado a negros e pobres. Podemos também observar que existe certa marginalização dos negros pelas autoridades, principalmente policiais e magistrados. Além do senso comum que transforma qualquer negro em possível suspeito de algum crime. Mas existe uma dificuldade em reconhecer o racismo ou preconceito em nós mesmos.

Discriminamos os negros, mas resistimos a reconhecer a discriminação racial que praticamos contra esse grupo racial, [...] o racismo está no outro bairro, na outra empresa, na outra universidade, na outra cidade, no outro estado, em outro país, entre outros, menos em nós mesmos. Nós, por mais que os dados estatísticos oficiais e não oficiais nos indiquem abismais desigualdades entre negros e brancos, achamos que não temos nada a ver com isso, pois a maioria absoluta dos brasileiros só vê o racismo dos outros e nos outros, nunca neles mesmos. (Santos, 2003, p. 86).

Na própria educação escolar é complicado não deixar esse tipo de preconceito prevalecer. Mesmo com a aprovação da lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da História e da Cultura Negra tanto nas escolas públicas quanto privadas, estabelece o dia vinte de novembro como o dia da consciência negra. Pois o próprio conteúdo didático não dá uma maior participação da cultura negra dentro do ambiente escolar. Existe uma falta de conhecimento sobre cultura afro-brasileira, além de conhecimento sobre povos, línguas e nações africanas e sua contribuição para a formação da cultura e sociedade brasileira. Nesse contexto histórico a contribuição das nações africanas na formação da sociedade e cultura brasileira é colocada de lado, em contrapartida as nações europeias são colocadas em primeiro lugar. Começando aí já um processo preconceituoso que se reflete em nossa sociedade como um todo.

É preciso mudar essa forma de pensamento e dar à cultura afro-brasileira mais espaço dentro do conteúdo didático. Para que ocorra uma maior valorização da cultura afro-brasileira, dentro do ambiente escolar. Para que com o passar do tempo se possa refletir no caráter e personalidade do cidadão brasileiro. Não é fácil mudar o pensamento de um povo, principalmente um pensamento de trezentos anos de escravidão, mas é preciso mudar isso e reconhecer a grande participação dos negros na formação da cultura e sociedade brasileira. Por isso é tão importante a valorização da cultura, conhecimento e

tradições africanas, através do reconhecimento dos remanescentes quilombolas. Esse reconhecimento tem que vir principalmente das autoridades responsáveis de forma a garantir a sobrevivência dessas comunidades. Desses locais de refúgio das tradições e cultura africana.

Quilombolas e comunidades quilombolas

Também conforme o dicionário da língua portuguesa assinado pela academia de Lisboa, que indica “o termo kilôbu como substantivo masculino e vocábulo quimbundu, uma das línguas bantu africanas, e a traduz como povoação”. (Dicionário Língua Portuguesa, 2001, p. 7).

Os quilombos também chamados de mocambos eram esconderijos, locais de fuga e resistência social contra o regime escravista. Era dentro dos quilombos que os escravos fugidos se organizavam de forma sustentável, através da utilização de diversos materiais e uma coletividade dos meios de produção, que lhes proporcionavam força para lutar contra o escravismo colonial. A resistência da senzala ganha força nas matas com o surgimento e fortalecimento dos quilombos. Os escravos tinham agora como resistir com mais força ao modelo escravista. E a palavra quilombo ganhou outro significado não mais um local de esconderijo, mas também de resistência.

As definições de quilombo de que partimos aqui derivam de um triplo registro: a) quilombo histórico, lugar de memória da resistência negra. Um fenômeno histórico específico que se estruturava no seio do sistema colonial escravista e o combatia; b) como referência simbólica e conteúdo político (sobretudo a partir do *Quilombismo* de Abdias do Nascimento) para o movimento negro e c) quilombo de direito, conforme Constituição Federal de 1988 em que documentos, sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, atestam sua existência histórica e legitimidade jurídica e de pertença cultura remanescente. (Souza, 2012, p. 63).

Devido à tradição oral africana, os quilombolas não documentavam suas histórias o que complica um pouco análise dos fatos, além das manipulações da história oficial, somente com o surgimento da nova história com o alargamento do campo da memória social e da antropologia é que se abriram novas abordagens de pesquisas que se permitiu resgatar o modo de vida dos afro-brasileiros, através da história oral. E se pode compreender o modo de vida dos quilombos, seus conhecimentos, saberes e tradições. Desta forma fossem compartilhados com suas gerações futuras. Os quilombos era uma forma na qual os escravos tinham de reinventar uma pequena África em solo americano preservando seu passado. (Souza *et al.*, 2012).

Mesmo que esses escravos tivessem vindo de diferentes nações africanas, às vezes com tradições e língua diferente. Com o tempo eles se organizaram reafirmaram seus valores e costumes africanos ou afro-brasileiros, reinventando a sua identidade e fundamentando sua luta contra a escravidão e o preconceito criando uma organização social forte.

Dantas *et al.* (2012) aponta que durante o longo período de escravidão no Brasil, haveria surgido diferentes tipos de quilombos: sendo o quilombo dos Palmares o mais emblemático devido a sua magnitude

e o tempo que a coroa portuguesa levou para destruí-lo. Ele cita também outro tipo de quilombo, que teria surgido nos últimos anos de escravidão, no qual denomina quilombo abolicionista, diferente do primeiro que não tinha apoio das principais camadas sociais da época e ficavam localizados preferencialmente afastados das zonas urbanas, ou seja, escondidos e em segredo. Os quilombos abolicionistas se localizavam em áreas próximas a zonas urbanas e contavam com apoio de pessoas, conhecidas e influentes politicamente. Esses quilombos abasteciam essas regiões urbanas com lenha e gêneros alimentícios e serviam também de abrigo para outros indivíduos descontentes e perseguidos. (Dantas *et al.*, 2012).

Esses quilombos abolicionistas, também tiveram papel importante na luta pela abolição em 1888. Quando fizeram parte de um movimento político importante na última década de 1880, dando abrigo a fugas em massas de escravos das fazendas em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros estados. Acelerando o processo de libertação dos escravos. Pois, os senhores não conseguiam mais conter a autonomia e o desejo de liberdade dos escravos.

Mesmo com o fim do período escravocrata no Brasil e início do período Republicano em 1889. Somente em 1988, com a nova constituição, pós-ditadura militar. O Brasil começa a reconhecer a cultura e as tradições africanas e sua participação na construção da história do Brasil. Deixando um vazio de quase um século como se não houvesse a participação dos negros na formação da sociedade brasileira. Mas, segundo Carolina Viana Dantas (2012), isso se deve a introdução de teorias evolucionistas e debate sobre mestiçagem que ocorreram a partir da segunda metade do século XIX, essas teorias difundidas a partir da Europa associavam características físicas, morais e culturais a cor da pele, forma do nariz, cabelo a capacidade mental e nível civilizatório. Desta forma o argumento racial legitima essa diferenciação racial, o preconceito e esta lacuna histórica, ou seja, como o Brasil do Futuro poderia ser mestiço.

Conforme Arruti (1988) se iniciou um processo de legitimação e titulação dessas comunidades, que são:

[...] uma força relevante do meio rural brasileiro, dando uma nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao Centro, Sul e Sudeste do país) e terras de preto (mais ao Norte e Nordeste), que também começa a penetrar no meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno de terreiros de candomblé. (Arruti, 2005, p. 26).

Essas comunidades quilombolas, criadas por força de lei, a partir da constituição de 1988, tendem a promover a cultura e tradição afro-brasileiras. Serem locais onde se possam resgatar as tradições e costumes desses povos africanos que foram e são tão importantes para identidade do Brasil, mas que de certa forma são colocados de lado, ou seja, fora do processo histórico da sociedade brasileira, devido ao preconceito enraizado desde o período escravista brasileiro. Assim como, nos períodos anteriores da história do Brasil. Esses remanescentes representam uma forma de resistência da cultura africana contra o preconceito.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo mostrar como a escravidão moderna, mesmo depois de ser proibida por lei, continua mostrando sua força através do preconceito. Mas para compreender como a escravidão legitima esse preconceito, foi necessário fazer uma retrospectiva das mudanças sofridas pela própria escravidão durante toda a história, desde antiguidade até os nossos dias. Foi preciso compreender o conceito da própria palavra “preconceito” para assim, entendermos como escravidão e preconceito estão interligados, enraizados na sociedade brasileira.

Começamos nossa análise a partir da escravidão na Antiguidade Clássica onde as pessoas eram escravizadas por dívidas ou quando derrotadas em guerras ou conflitos entre tribos. Como foi se transformando com o passar do tempo principalmente depois descoberta da América, onde as novas colônias europeias proporcionaram um aspecto comercial à escravidão. Utilizando-se de teorias científicas e até mesmo da religião para legitimar a escravidão.

Não se pode negar que o comércio de escravos no Atlântico foi muito lucrativo para as nações europeias, ao mesmo tempo, que destruía e desestabilizava muitas nações africanas, de maneira que muitas nações africanas até hoje não conseguiram se reerguer economicamente e socialmente.

Porém o foco deste trabalho é como a proibição da escravidão no Brasil em 1888. Quando promulgada a lei Áurea, pela então princesa Isabel, não conseguiu mudar o conceito de diferença e superioridade entre brancos e negros. Gerou um preconceito que está enraizado na sociedade brasileira. Mesmo que em sua maioria esse preconceito seja de uma forma velada. Desta forma, a partir da constituição de 1988, tenta-se mudar esse cenário criado durante o período escravocrata da História brasileira. A partir desse momento uma série de leis foram criadas com a finalidade de uma maior inserção dos afrodescendentes dentro da sociedade brasileira de forma a romper com mais de três séculos de desigualdades e preconceito. Uma dessas leis foi o reconhecimento das comunidades quilombolas como locais de tradição e cultura dos afrodescendentes.

Desta forma, os remanescentes quilombolas, que a partir de 1988 por força de lei da nova constituição brasileira, ganharam o direito de também serem lugares de luta e preservação da cultura africana. Têm agora papel importante na luta contra o preconceito, pois é através da descoberta das tradições e cultura africana, que podemos ter uma maior compreensão da cultura africana em nossa sociedade. Também reconhecer através do estudo dessas comunidades uma forma de inserção de hábitos e costumes africanos em nossa sociedade, a fim de diminuir essa distância profunda provocada pelo preconceito na sociedade brasileira.

A importância dessas comunidades se dá através de como elas podem se tornar fontes de estudo para nossas universidades e na formação cultural e histórica brasileira. Reconhecendo o seu papel histórico na construção da sociedade brasileira. Utilizando esse conhecimento para fortalecer a cultura africana ao mesmo tempo tentando desconstruir os mitos que originam o preconceito dentro da sociedade brasileira.

Para finalizar é importante destacar que muito tem a ser descoberto através desses remanescentes quilombolas, pois somente a partir dos últimos anos várias comunidades foram reconhecidas como remanescentes quilombolas abrindo uma grande possibilidade de estudo desses locais. Além de serem locais de luta contra o preconceito através da recuperação da cultura e identidade africanas.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARISTÓTELES, **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2004, Livro I.
- ARRUTI, J. M. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- BRASIL. Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951. **Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr**. Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados, 1951.
- BRASIL. Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Diário Oficial da União, 1989.
- DANTAS, C. V. *et. al.* **O negro no Brasil, trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- MATTOS, R. A. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PEREIRA, M. H. F. *et.al.* **Quilombolas e Quilombos: história do povo brasileiro**. Belo Horizonte, 2012.
- PINSKY, J. **A Escravidão no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- PINSKY, J. PINSKY, C. B. **História Da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- QUEIROZ, S.R.R. **Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.
- REIS, J. J. *et. al.* **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SANTOS, S, A. *et. al.* **Ação afirmativa e mérito individual: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- SANTOS, R. A. dos. **Racismo, preconceito e discriminação: concepções de professores**. 2007. 120 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SOUZA, L. O. C. **Quilombos, identidade e história**. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- SOUZA, M. M. **África e Brasil Africano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007. p.169.
- SOUSA, R. G. Escravidão no Brasil. **Brasil Escola**, c2024. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravidao-no-brasil.htm>. Acesso em: 08 de out. 2016.
- VENDRAME, Calisto. **A escravidão na Bíblia**. São Paulo: Ática, 1981.